

NOTA SOBRE O QUALIS PERIÓDICOS – ÁREA DE EDUCAÇÃO

Coordenação da Área de Educação na CAPES

Janeiro de 2021

Este texto tem por objetivo apresentar à Área da Educação, constituída por Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos, organizados Programas de Pós-Graduação, Editores e Periódicos Científicos, algumas informações sobre a história mais recente do Qualis Periódicos, que é uma ferramenta de avaliação da CAPES, buscando esclarecer dúvidas e ampliar o conhecimento da Área sobre este recurso avaliativo.

Os critérios históricos do Qualis Periódicos

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Pós-Graduação, em 2016, a diretora de avaliação da CAPES à época, professora Rita Barata, apresentou os elementos que compõem o sistema de avaliação de periódicos pela agência (BARATA, 2016). Eram quatro os aspectos centrais da referida avaliação, todos eles obrigatórios a todas as áreas.

O primeiro deles tem relação com a classificação exaustiva, isto é,

cada área de avaliação deverá classificar todos os títulos constantes de sua lista. Nenhum dos títulos listados poderá ficar sem classificação, uma vez que isso significaria a exclusão *a priori* de determinados produtos informados pelos programas (BARATA, 2016, p. 4).

Isso quer dizer que todos os periódicos informados pelos PPG como veículos de publicação (da produção bibliográfica docente) por meio da Plataforma Sucupira devem, necessariamente, ser avaliados, pois do contrário, algum PPG poderia ser prejudicado. É neste sentido, que a avaliação dos periódicos ocorre ao final do quadriênio, quando todos os periódicos nos quais houve produção de docentes e discentes foram informados na Plataforma Sucupira.

Um segundo tópico importante de ser compreendido é que, no máximo, 50% dos títulos presentes na lista exaustiva informada no parágrafo anterior, excluídos os

periódicos classificados como “C”, poderiam ser classificados como B1 ou superior (A1 ou A2). Aqui ainda se tratava da escala anterior utilizada até 2016, que possuía 2 níveis A (A1 e A2) e cinco níveis B (de B1 a B5).

O terceiro aspecto é a definição de que não mais que 25% do conjunto de periódicos poderiam ser classificados como revistas A (A1 + A2). E, por fim, a quarta regra informava que o estrato A1 teria necessariamente que ser menor que o estrato A2.

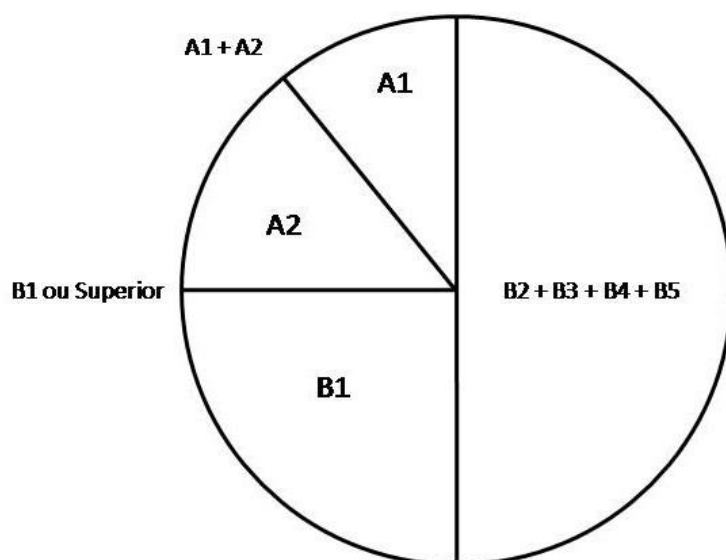
Assim, em desenho potencialmente ideal, tínhamos:

Tabela 1: Distribuição potencialmente ideal dos periódicos no Qualis

Total de Periódicos	B1 ou Superior	A1 + A2	A1	12,49%
			A2	12,51%
	B1			25%
	B2 + B3 + B4 + B5			50%

Fonte: SOUZA et al, 2018.

Figura 1: Distribuição potencialmente ideal dos periódicos no Qualis



Fonte: SOUZA et al, 2018.

Os últimos três tópicos funcionavam como travas para a classificação dos periódicos, o que quer dizer que não procede a ideia de que bastaria um periódico cumprir os critérios qualitativos que temos definidos atualmente em nossa Área para dado estrato que, automaticamente, ele seria classificado nesse estrato, uma vez que aquelas travas condicionariam a classificação final do periódico.

Em texto de 2018, Souza *et al.* demonstraram o quanto a Área da Educação utilizava dos percentuais possíveis dos estratos, conforme a tabela e figura acima, o que motivou, inclusive, a proposição de algumas alterações nos critérios da Área, mais adiante tratados.

O novo Qualis Periódicos

Em 2018, a Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES constituiu um Grupo de Trabalho (GT), com representantes dos três colégios (Ciências da Vida, Ciências Exatas e Humanidades) para estudar e propor alterações no Qualis Periódicos que o tornassem mais eficaz.

Este grupo de trabalho produziu um documento que traçou um conjunto de propostas que visavam a padronização da avaliação e classificação dos periódicos acadêmicos em todas as áreas. Dentre as principais mudanças, estavam:

a) Qualis referência

Até 2016, se um periódico fosse citado em diversas áreas avaliativas diferentes, ele seria avaliado por todas elas e poderia receber distintas classificações, pois cada Área tinha seus próprios critérios.

O GT propôs a finalização deste modelo, indicando que cada periódico tivesse um única avaliação e classificação, e o resultado desta classificação fosse aceito por todas as áreas. Um periódico A1 em Educação seria A1 em todas as outras áreas nas quais houvesse citação nos relatórios dos PPG.

b) Área-mãe

Mas, para tanto, é preciso definir quem avalia o periódico e com quais critérios. A questão da responsabilidade da avaliação foi equacionada com a criação da “Área-mãe”, que é a Área que mais utiliza o periódico. Isto é, a Área cujos PPG mais citaram o periódico nos relatórios da Plataforma Sucupira. Assim, os periódicos que tratam da temática “Educação” tendem a ser avaliados pela nossa Área, mas eventualmente um ou outro pode ser avaliado por outras áreas próximas, como Ensino ou a Interdisciplinar, a depender de qual Área mais citou o periódico nos informes dos relatórios dos PPG na Plataforma Sucupira. A Área será mãe do periódico se atingir mais da metade das referências do periódico durante o quadriênio. Quando não se alcança esta condição, as áreas que mais utilizaram e citaram o periódico nos relatórios, decidirão a avaliação em acordo, e são denominadas áreas-irmãs.

c) Nova estratificação

O GT também sugeriu uma mudança nos estratos de classificação dos periódicos. Ao invés de 7 estratos (dois níveis A e cinco B), passamos a ter 8 estratos (quatro A e quatro B: A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, em ordem regressiva de qualidade). Isto decorre do reconhecimento que todos tínhamos que a estratificação anterior tornava a interpretação de dados mais complicada porque potencialmente tínhamos um estrato (B1) bem maior em número de periódicos do que os demais.

d) Metodologia e critérios de avaliação

Ocorre que para que todas as áreas aceitem a avaliação elaborada pelas demais, é preciso alguma padronização nos critérios avaliativos. O GT recomendou, então, a classificação a partir do cálculo do Fator de Impacto do periódico, tomando-se a classificação do periódico dentro das bases *Scopus* e *Web of Science*.

Ocorre que os periódicos acadêmicos nas Humanidades, em especial em nosso país, têm baixa inserção nessas bases indexadoras. Por isto, teríamos um número muito elevado de periódicos “C”, ou não classificados nos estratos A, porque teriam fator de impacto igual a zero, dado o fato de sequer estarem nas bases citadas.

Por isto, o GT criou um adendo, calculando o *h index* do Google Scholar e inferindo uma comparação com aquelas outras duas bases.

Nas áreas de Humanidades, percebemos que tal inferência distorcia enormemente a avaliação mais qualitativa que fazíamos historicamente. Por isto, reivindicamos a possibilidade de termos critérios distintos daqueles do GT. A DAV-CAPES concordou com a reivindicação apenas para o Seminário de Meio-Termo, mas determinou que o Colégio de Humanidades compusesse um GT específico para a temática e apresentasse uma proposta padrão para as áreas que o compõem para a avaliação oficial do Qualis Periódicos do final do quadriênio, e que aproximasse a nova metodologia daquela utilizada pelo GT Qualis.

e) Fim das travas

Com tal metodologia, o GT propôs o fim das travas por estrato, uma vez que a distribuição dos periódicos naquelas duas grandes bases já seria suficiente para a estratificação e para a avaliação das áreas.

A avaliação de periódicos na Área da Educação para o Seminário de Meio-Termo

No final da primeira metade do quadriênio temos o que a DAV-CAPES denomina de Meio-Termo. Neste momento, as coordenações de Área produzem uma avaliação que deve tratar de uma leitura panorâmica sobre a realidade dos PPG que a compõem, bem como devem dar algum retorno sobre indicadores de desempenho dos PPG e, ainda, devem discutir critérios avaliativos com os programas.

Para podermos dar o retorno sobre a produção dos PPG no biênio, precisávamos avaliar os periódicos, atualizando a avaliação realizada no quadriênio anterior (2013/2016). Por isto, geramos um amplo e participativo processo, com resultados interessantes, que estão descritos em documento publicado na página da Área na CAPES, mas do qual destacamos:

- a) Nossos procedimentos de avaliação se iniciaram em março/abril de 2019, com uma discussão com as coordenações dos PPG e editores de periódicos científicos em Educação, por meio da apresentação de um documento preliminar elaborado pela coordenação de Área, partindo dos critérios reconhecidos pela Área, com algumas poucas alterações, mas com a inclusão de um novo elemento complementar (Índice de Citação). Abrimos um

período para recebimento de sugestões, no qual a Área teve condições de propor alterações para o processo avaliativo. Finalmente, elaboramos um documento final para basear a avaliação e, com o compromisso da transparência, divulgamos este texto aos PPG e editores.

- b) Paralelamente, compusemos um amplo grupo de consultores (141 pessoas), indicados pelos PPG para nos auxiliar no processo de avaliação. Constituímos um formulário eletrônico (*Google Forms*) com uma série de perguntas que deveriam ser respondidas pelo consultor quando da avaliação dos periódicos sob sua responsabilidade, bem como um tutorial na forma de vídeo para auxiliar o processo. Em média, os consultores avaliaram 8 periódicos cada um. Esses avaliadores tiveram 4 semanas para tanto.
- c) Ao final, sistematizamos esta avaliação e a remetemos para a comissão final, que se reuniu em Florianópolis, entre 10 e 12 de junho de 2019, a qual teve a tarefa de avaliação final, na qual se procedeu a arbitragem de avaliações discrepantes advindas da fase anterior, complementação de avaliações inconclusas, avaliação do Índice de Citação de cada periódico científico e revisão final dos periódicos e sua distribuição nos estratos.
- d) A Área da Educação avaliou seus periódicos, buscando distribuí-los nos estratos anteriormente descritos, utilizando para tanto os critérios acordados com a Área. Após esta classificação, levantamos o Índice de Citação para cada um dos periódicos, utilizando para tanto o *h index* do Google Scholar, calculado pelo *Harzing's Publish or Perish* (<https://harzing.com/resources/publish-or-perish>). Consideramos, neste processo, se o periódico é publicado predominantemente em língua portuguesa ou em outra língua estrangeira, separando-os em dois grandes grupos. Observando o comportamento das revistas no ICit, estabelecemos como condição mínima para inserção dos periódicos nos estratos A, um *h index* mínimo por estrato. Esta variável foi utilizada como critério final para a definição e distribuição das revistas.
- e) Do conjunto inicial de periódicos que nos foram enviados como Área-mãe (825 ISSN), avaliamos que 131 tratavam predominantemente de temáticas de outras áreas. Escrevemos aos coordenadores dessas áreas, para que

verificassem se nossa percepção estava correta, e se poderiam avaliar tais revistas.

- f) Promovemos avaliação cuidadosa de periódicos chamados “predatórios”, entendendo tais revistas como aquelas que assediam os pesquisadores, cobrando taxas de submissão/publicação elevadas e garantindo prazo muito curto para a aprovação e publicação do artigo e, especialmente, não indicam com clareza se há rigorosa avaliação cega entre os pares. Utilizamos, para tanto, algumas páginas na internet que indicam a lista de periódicos e editoras potencialmente predatórios. Além disto, os websites dessas revistas foram verificados para identificar evidências de práticas predatórias. Quando identificado o periódico nesta condição, ele foi classificado como B4 ou como C.

De toda forma, esta avaliação de periódicos realizada em 2019 tinha o objetivo único e específico gerar dados para a avaliação de meio-termo, por isto a CAPES não divulgou oficialmente os resultados na sua página. Contudo, uma lista em PDF com a classificação final de todos os periódicos acabou circulando e sendo amplamente difundida pela internet e é, ao que parece, a que está sendo utilizada para os mais diversos fins nos PPG e em outros espaços acadêmicos, mesmo não sendo uma publicação oficial.

Após a divulgação dos resultados, a Área da Educação abriu um canal de comunicação com os editores, para acolher suas reivindicações em relação à classificação produzida. Fomos explícitos que não se tratava de processo recursal, mas que tinha o objetivo de ouvir as demandas dos editores para registro e posterior uso dessas informações no final do quadriênio em 2021. Portanto, não seria possível qualquer alteração daquela lista divulgada, mesmo porque não se tratava de uma lista oficial.

As alterações no Colégio de Humanidades

O GT do Colégio de Humanidades para o Qualis Periódicos realizou diversas reuniões em 2019 e 2020 e indicou algumas recomendações:

- i. Dadas a sub-representação das áreas, subáreas e regiões de origem dos periódicos das Humanidades nas bases calculadoras do fator de impacto (Scopus e JCR), o Qualis Periódicos do Colégio de Humanidades deverá ter por base os indexadores CiteScore (Scopus), fator de impacto (JCR) ou índice h (Google Scholar).
- ii. Para compor a classificação dos periódicos das suas respectivas Áreas-Mães, esses indicadores poderão ser usados de forma isolada ou combinada, conforme o perfil da Área.
- iii. As áreas poderão escolher o período de referência do indicador h (*h5, h10...*) que melhor reflita a dinâmica de citação da Área.
- iv. Em decorrência das especificidades das áreas de Humanidades e da inexistência de agrupamentos dentro da base Google Scholar, grupos poderão ser definidos pelo âmbito de subáreas de conhecimento e idioma/origem de publicação.

Isto significa que as áreas das Humanidades poderiam ter algum grau de autonomia na definição de qual/quais bases utilizar e a forma de uso. Todavia, é evidente que temos todos que adotar algum mecanismo de avaliação de impacto dos periódicos, bem como que este mecanismo tenha precedência sobre outros critérios.

É neste sentido que vimos, há tempos, informando os editores e os coordenadores de PPG que seguramente haveria alteração nos critérios de avaliação dos periódicos em nossa Área (como nas demais que compõem o Colégio de Humanidades), o que muito provavelmente gerará alguns impactos na classificação que produzimos em 2019 para o conjunto dos periódicos. Isto é decorrente do estabelecimento de critérios mais padronizados para todas as áreas, conforme demanda da Diretoria de Avaliação da CAPES.

Ocorre que, mais recentemente, em setembro de 2020, o CTC discutiu e aprovou o documento de referência para a avaliação dos periódicos e não acolheu dois aspectos que tínhamos acordado: a subdivisão dos periódicos dentre de uma Área por subáreas considerando o idioma e a origem geográfica do periódico; o uso da metodologia do “Qualis Referência 3”.

Em relação ao primeiro ponto, o CTC definiu que a organização de subáreas só poderia ocorrer por temáticas dos periódicos.

Sobre o segundo ponto, aprovou, o uso de duas metodologias padrão:

- QR1 (Qualis Referência 1): Com o uso do CiteScore e JCR como fontes principais, utilizando-se os percentis definidos pelas respectivas bases e, na ausência destes usa-se o h5, sendo que o percentil é definido pela equação de imputação.

- QR2 (Qualis Referência 2): Somente se usa o índice h (h5 ou h10) para definição do percentil para distribuição dos periódicos.

As áreas podem optar pelo uso de uma das duas metodologias. O QR3, apresentado e defendido por algumas áreas que compõem o Colégio de Humanidades, mescla as duas metodologias anteriores e pode ser definida como: Uso do CiteScore, JCR, ou h5, utilizando-se os percentis definidos pelas respectivas bases, e registrando-se o uso do melhor percentil nas três bases em benefício do periódico. Esta metodologia, como dito, foi rejeitada pelo CTC.

Com essas decisões, nossa Área não poderia, por exemplo, dividir os periódicos em subáreas por idioma, como pretendíamos e como já havíamos feito em 2019, separando-os agora em três grupos (periódicos em língua portuguesa, periódicos em língua inglesa e periódicos nas demais línguas), permitindo a comparação entre periódicos equivalentes, sabendo-se que a língua de publicação do periódico é elemento determinante no alcance, citação e impacto do periódico.

Todavia, no final de 2020, conseguimos reverter essas questões e o CTC reviu posição acolhendo os pedidos das áreas que compõem o Colégio de Humanidades e, com isto e diretamente afetando a Área de Educação, podemos utilizar o critério do Idioma predominante nos periódicos para agrupá-los e posteriormente classificá-los, possibilitando uma avaliação mais justa e adequada à dinâmica das ciências humanas e sociais.

A avaliação dos periódicos da Área de Educação

A divisão em grupos por idiomas, como visto, foi tornada possível. Assim, apresentamos à DAV-CAPES nossa proposta de organização dos periódicos para os

quais somos Área-Mãe, em três grupos linguísticos. O primeiro se refere à Língua Portuguesa (1), que congrega periódicos nacionais e estrangeiros que utilizam nossa língua materna como preferencial na publicação de seus artigos. O segundo grupo é definido pelos periódicos publicados em Língua Inglesa (2), na qual encontramos os veículos publicados nos países anglófonos, mas também aqueles publicados em outros lugares do mundo, inclusive no Brasil, mas que publiquem os artigos predominantemente nesta língua. E o terceiro agrupamento é constituído pelos periódicos publicados em Outros Idiomas (3), na qual temos os periódicos que publicam artigos predominantemente em língua espanhola, italiana, alemã, francesa, etc.

Tal distinção mostra-se necessária, tendo em vista que a educação, a despeito de características globais, organiza-se de maneira bastante particular em cada país ou região. Em razão disto, os periódicos científicos na Área de Educação, como em diversas outras, publicam artigos predominantemente na língua do país em que estão sediados, uma vez que o seu público leitor é composto por pesquisadores da mesma região e idioma. A exceção se apresenta à língua inglesa, e por isto ela está disposta em uma subárea específica, pois os artigos neste idioma atingem públicos acadêmicos em maior quantidade e distribuição, ampliando as citações desses produtos. Assim, o recorte linguístico demonstra ter incidência sobre o potencial de citação dos artigos (e periódicos). Por isto, a distinção entre essas subáreas apresenta-se como essencial.

Para o cálculo do impacto dos periódicos das subáreas 1 (Periódicos em Língua Portuguesa), 2 (Periódicos em Língua Inglesa) e 3 (Periódicos em Outros Idiomas) utilizamos o que a CAPES denominou de “Qualis Referência 2” (QR2), ou seja, apenas o levantamento do *h index* do Google Acadêmico, e localizamos seu posicionamento no percentil devido dentro das bases que compõem as respectivas subáreas.

Utilizamos, para tanto, o *h5*, isto é, o *h index* tomando-se as citações dos últimos 5 anos sobre as publicações do periódico durante os últimos 5 anos (de 2015 a 2019). O referido levantamento do *h5* do Google Scholar foi realizado pela Coordenação da Área de Educação utilizando o software *Harzing's Publish or Perish* (<https://harzing.com/resources/publish-or-perish>), complementarmente ao levantamento produzido pela DAV.

Tal metodologia funcionará da seguinte maneira:

I. A composição do “Universo”: o uso exclusivo do h index do Google Scholar para tal levantamento demanda a composição de um universo/base ampliada de periódicos, que permita a comparação entre eles no que tange aos indicadores de impacto. Assim, a CAPES definiu que o “Universo” de periódicos de uma Área de avaliação (Educação, por exemplo) e que vá utilizar o QR2 será constituído pelo total de periódicos que são vinculados à temática Educação nas bases Scopus, Web of Science, Redalyc, Erih Plus, além de todos os periódicos mencionados pela Área neste e no quadriênio passado. Nosso universo, inicialmente, está composto por 3327 periódicos.

II. O levantamento do h5: a DAV-CAPES levantou o h5 dos periódicos do universo. Nossa Área auxiliou a CAPES neste procedimento. Tal levantamento tomou os dados dos periódicos entre 2015 e 2019, isto é, o h5 calculado a partir deste recorte temporal.

III. A distribuição nos percentis: os periódicos são “empilhados”, classificados em ordem decrescente do mais alto ao mais baixo h5 e, após a separação dos periódicos com h5=0 (que ficam classificados como “C”), os demais são divididos em oito grupos quantitativamente equivalentes (em média 12,5% em cada grupo), colocando-se no grupo mais elevado os 12,5% com maior h5, e assim sucessivamente.

IV. A classificação dos periódicos no Qualis: considerando que o universo é muito maior do que os periódicos para os quais a Educação é Área-mãe (somos Área-mãe para aproximadamente 970 periódicos), nem todos os periódicos do universo/base terão classificação no Qualis. Serão classificados apenas aqueles que constarem nos relatórios dos nossos PPG neste quadriênio. Assim, finalmente, serão buscadas as posições dos periódicos para os quais somos Área-mãe e identificando o grupo ao qual pertencem. Por exemplo, o periódico X ficou localizado no grupo com mais alto h5, assim ele será classificado como A1; o periódico Y ficou localizado no 3º grupo, em ordem decrescente de h5, por isto será classificado como A3, e assim para todos aqueles mais de 970 veículos.

V. Os ajustes: ao final do processo, a Área pode ainda promover um ajuste com até 30% da base classificada no Qualis (os nossos 970 periódicos), sendo permitido

subir ou descer dois estratos para até 10% dos periódicos, e um estrato para cima ou para baixo, para 20% do conjunto. Nosso intento é utilizar os tradicionais critérios qualitativos da Área para a promoção desses ajustes.

Notas finais

Este texto objetivou apresentar elementos sobre o Qualis Periódicos em um esforço de resgatar informações sobre seu funcionamento passado e presente, tendo em vista as mudanças introduzidas no atual quadriênio (2017/2020).

A CAPES mantém a sistemática e a posição de que somente gera o Qualis Periódicos para avaliar os PPG, não buscando outro objetivo com tal classificação que não este. Mas, esta Coordenação de Área reconhece que: a) o Qualis Periódicos tem um alcance muito além da avaliação dos PPG; b) em nossa Área temos uma história e tradição avaliativa que tem gerado resultados de qualidade; c) em nossa Área temos uma organização de editores (FEPAE) que muito colabora na elaboração de critérios e procedimentos de avaliação dos periódicos; d) os indicadores de impacto trazem informações importantes sobre o alcance dos periódicos na comunidade científica, mas a adoção pura desses indicadores não gera os resultados sobre a qualidade dos periódicos que precisamos para avaliar os PPG, demandando um modelo combinado de indicadores; e) é muito importante uma estabilidade maior de processos e indicadores no processo avaliativo, evitando-se mudanças bruscas em tempo exíguo, o que dificulta sobremaneira o trabalho que vem sendo desenvolvido com qualidade por docentes, discentes e técnicos na pós-graduação brasileira, em geral, e na educação, em especial, além de tornar muito mais complexo e difícil o belo esforço que vem sendo desenvolvido pelos editores dos periódicos científicos.

Sendo assim, seguimos nossa luta para buscar formas mais adequadas e justas de avaliação da pós-graduação, de seus produtos e veículos de difusão do conhecimento produzido em nossos PPG.

Referências

BARATA, R. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 13, n. 1, janeiro/abril 2016.

SOUZA, A. *et alli*. Qualis: a construção de um indicador para os periódicos na Área da Educação. *Práxis Educativa*. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 219-231, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/11775/209209209756>. Acesso em: 01 de abril de 2020.